

Resenha

A AMAZÔNIA E SUA COMPLEXIDADE

José Seráfico¹

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

Diz-se de algumas obras que elas são clássicas, não importa o período histórico em que foram elaboradas. O adjetivo, neste caso, refere-se à importância de que tais produtos do engenho humano se revestem, para a compreensão de fenômenos instigantes da curiosidade de sucessivas gerações.

William Shaskepeare ocorre-me como um dos mais completos autores clássicos, exatamente porque suas obras dizem respeito a sentimentos e condutas ubíquos e atemporais. São sentimentos passíveis de inspirar diferentes gerações, ao longo da história. Também não têm caráter endêmico, porque, ubíquas, as condutas nelas representadas podem acontecer em qualquer parte do Planeta. Se não, do Universo.

Face a essas qualidades, as obras (sejam livros, esculturas, quadros, músicas ou diferentes manifestações do talento de seus autores) ganham permanência e raramente perdem a influência, quando se trata de conhecer ou aumentar o conhecimento que se tem da realidade descrita. Melhor, ainda, quando à descrição se somam a análise e a interpretação dos fenômenos.

É esse o caso do livro *O Complexo da Amazônia – Análise do Processo de Desenvolvimento*. Publicado pela primeira vez no já remoto ano de 1976, o trabalho de Djalma Batista contém das mais lúcidas contribuições para a compreensão da Amazônia. Como região geográfica considerada *última fronteira da civilização e um dos últimos espaços naturais do Planeta*, mas não só por isso. Os aspectos geralmente abordados pelos que buscam conhecer este extenso pedaço do Brasil estão ali, enriquecendo-se pela inserção

¹ Advogado, Professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Articulista dos jornais: A Crítica no Amazonas e O Liberal no Pará. Correio eletrônico: jserafico@uol.com.br

do homem, em seus modos de ver e de agir, em relação ao continente de que é conteúdo.

Nisso consiste a preocupação de Djalma, ao apresentar o produto de suas reflexões sobre a terra que foi seu berço: descrever e analisar o processo social que tem a Amazônia como palco, relacionando tal processo à realidade natural e à ação dos que a habitam. Mais, ainda: observando decisões que, algumas vezes tomadas à revelia do habitante, teimam em ignorar as peculiaridades regionais.

Assim, como bem diz o texto de apresentação do livro editado pela Editora Valer/Ufam/Inpa, todas as páginas da obra permitem ver uma abordagem transdisciplinar, talvez uma das primeiras do quanto se tem escrito sobre a região. O Professor Ernesto Renan Freitas Pinto indica a presença da Geografia, da História, da Antropologia, da Medicina, da Ecologia, da Economia – sem descurar do fato de que a análise não faz diferença entre o conhecimento dito tradicional e aquele cientificamente construído. No que concerne à compreensão da Amazônia, em toda sua complexidade, indispensável promover a aproximação entre a experiência dos que habitam o território há séculos (milênios, quem sabe?) e os que, mais recentemente, se dedicam a responder ao *desafio da esfinge* – expressão tão ao gosto de Djalma.

É do próprio autor de *O Complexo da Amazônia – Análise do Processo de Desenvolvimento* a informação: a matéria de que se nutre está nos fatos por ele mesmo vividos e observados e em citações bibliográficas. Homem nascido no interior do grande ecúmeno amazônico, o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) acrescenta ao cotidiano de sua própria vida, o conhecimento haurido em estudiosos que o antecederam. Daí sua referência a outros intérpretes, como Harald Sioli, Warwick Estevam Kerr, Paulo Vanzolini e Paulo de Tarso Alvim, para ficar apenas nesses.

O que torna original o estudo ora resenhado, é o rompimento da prisão em que comumente se mantém a maioria dos pretensos analistas – da Amazônia e de quanta coisa mais. Aqui, a contribuição científica advinda das ciências naturais é posta em diálogo com a que produzem e produziram atentos pensadores geralmente incluídos no rol dos cientistas sociais. Tal circunstância revela o que Tenório Telles, autor da orelha do livro, com rara felicidade denomina *coragem e compromisso*. São essas, por assim dizer, as vigas sobre que se constrói a obra, página a página.

Tal afirmação do poeta e editor amazonense encontra-se ratificada na expressão de Renan, ao lembrar que Djalma “... tornou-se um daqueles

poucos autores de surpreendente atualidade para uma abordagem comprometida com a Amazônia”. Eis, mais uma vez, o atestado do caráter clássico (poder-se-ia afirmar: determinante da obrigação de ler) do livro motivador desta resenha.

Já dissemos da coragem e do compromisso do autor, com sua terra e sua gente e o desenvolvimento a ser empreendido numa e benéfico à outra; também já foi destacada a superação das caixinhas onde se escondem os conhecimentos científicos, e que os impedem de aproximar-se entre si. A transdisciplinaridade da abordagem sugere isso. Foi dito, igualmente, da importância de mais e mais a teia de relações complexas característica da região banhada pelo mais extenso e caudaloso manancial aquático, ser compreendida de forma também complexa. Resta destacar, ainda, alguns pontos que parecem oportunos, seja para despertar a curiosidade dos interessados no estudo da Amazônia, levando-os a ler a obra-prima de Djalma Batista, seja para acentuar pontos a que o autor emprestou relevância especial.

Arthur Reis, com quem Djalma trabalhou na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e autor do prefácio desta segunda edição de *O complexo...* Adverte:

Podendo dar a primeira impressão de que é obra negativa, áspera, fugindo ao louvor fácil, na verdade deve ser compreendida como o resultado de uma análise realística, que propõe a região no que ela é como expressão material e como resultante da empresa humana.

Aí temos, portanto, o anúncio de que será lida uma análise marcada pela preocupação de manter fidelidade às premissas antecipadas linhas acima. É do autor, nas páginas iniciais de sua *Introdução*, a afirmativa de que não podem ser descuradas as ameaças que pairam sobre qualquer processo pretensamente desenvolvimentista da Amazônia, a saber:

- a ignorância a respeito da região;
- a predação ambiental que afeta a natureza;
- a inexistência de agrotécnicas adequadas às peculiaridades amazônicas.

Sem que essas premissas sejam levadas em conta, mais se agravará a desigualdade entre o Centro-Sul e a Amazônia, dito da seguinte forma: “A desigualdade entre o Brasil Amazônico subdesenvolvido e o adiantado Centro-Sul é cada vez mais gritante”.

Ora, problema sobre o qual parecia ter-se colocado pesada lona impermeável, a desigualdade regional comparece nas páginas de *O Complexo...*, tanto quanto os problemas ecológicos constituem pontos fulcrais da abordagem do nosso processo de desenvolvimento. Mesmo as alterações dos microclimas foram apontadas. E a Rio-1992 ainda nem sequer era planejada!...

Do mesmo modo, as dificuldades nas relações indígenas e de brancos foram objeto de denúncia, quando os resultados do esforço para amortecer o choque entre índios e brancos "... só estão se aproximando com a proximidade do fim dos gentios".

Acompanhando-se o roteiro do livro, que seu sumário evidencia à primeira visada, percebe-se certa inspiração do autor no grande clássico de Euclides da Cunha, *Os sertões*. O descritor da Guerra de Canudos, antes de tratar especificamente do conflito armado e seu trágico desfecho, preocupou-se em descrever a terra e o homem. Só depois o autor dedicou sua atenção àquela luta desigual. Nesse testemunho sobre o massacre sofrido por Conselheiro e seus fiéis, Euclides descreve todo o cenário e os protagonistas (pelo menos de um dos lados) da tragédia que se desenrolou no sertão da Bahia. Não é diferente a abordagem que comentamos aqui.

Djalma Batista intitula "O Espaço e a Humanidade", o capítulo I de seu *Complexo...* É nessa parte que ele trata da identidade Pan-Amazônica, a aconselhar a aproximação com os povos que habitam as porções não brasileiras da vasta área subcontinental. Especialmente a existência de populações indígenas que se movimentam naquele espaço (os tirió nas proximidades do Tumucumaque; os tucano na fronteira brasileira colombiana; os ianomami, onde o Brasil encontra a Venezuela e os ticuna, entre o Brasil e o Peru e a Colômbia), são objeto da análise do autor. Os ares e os males existentes na região, e as relações do homem com o meio físico não passam ao largo das atenções de Djalma, antes de seus comentários sobre o processo de desenvolvimento. Analisando as condições educacionais, culturais e econômicas da Amazônia, ele mostra o papel paradoxal desempenhado pelo regatão, o ambulante embarcado que integra a engrenagem do subdesenvolvimento regional.

É no capítulo II que encontramos indicados os ingredientes dessa realidade subdesenvolvida, alinhavados pela abordagem a um só tempo histórica e econômica. O leitor, então, pode experimentar o conhecimento de quem se debruçou, mais que em livros, no dia a dia por ele mesmo vivido nos seus escassos 63 anos que lhe foi dado viver.

Nessa parte do livro, desfilam conceitos e maneiras de compreender os fenômenos relacionados à exploração extrativa dos recursos naturais da floresta, a ameaça que ainda paira sobre o ambiente e sua rica biodiversidade. Há menção, ainda, às riquezas minerais, ainda não suficientemente estudadas... muito menos transformadas em móvel do desenvolvimento que aproveite à maioria dos habitantes dos mais longínquos rincões amazônicos.

O último capítulo se presta à tentativa de desvendar o enigma a que se reporta Arthur César Ferreira Reis em seu prefácio. Basicamente, as formas de encarar o subdesenvolvimento constituem o objeto da análise de Djalma. Com a autoridade de quem juntou ao seu currículo passagens pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas, a Campanha de Combate à Tuberculose e a SPVEA, o analista mostra as distorções que marcam (porque ainda presentes, quase 40 anos após o lançamento do livro) órgãos criados com a pretensão de superar o subdesenvolvimento regional. Não escapa à observação do estudioso, a frustração das tentativas de alterar o papel dessas instituições – destaque para o Banco da Amazônia e a Sudam – sem qualquer resultado que possa ser festejado.

É sugestivo, nesse particular aspecto, o próprio título que Djalma dá a uma das partes desse capítulo final: “incentivos fiscais vêm e às vezes voltam”. Depois de invectivar contra a usura dos escritórios de elaboração de projetos do Sul e a burocracia na tramitação dos projetos, é dado realce ao fato de que a renúncia fiscal tem seus resultados contabilizados a favor de outras regiões do país.

Como se via e ainda se vê, o trabalho realizado em solo amazônico leva benefícios aos que só pisam ou pisaram nele em rápidas e ocasionais visitas. Mais um problema que perdura, como a nos remeter, inapelavelmente, ao passado.

A disputa entre abrir estradas ou aproveitar a grande massa líquida que corre nos intrincados da Amazônia; os problemas de transporte e comunicação que ainda constituem pauta recorrente de toda discussão, acadêmica ou empresarial; e a referência às ferrovias que durante muito tempo tanto serviram à economia do vale (as estradas de ferro de Bragança e do Tocantins, no Pará; e a Madeira-Mamoré, em Rondônia), Djalma pergunta – certamente cheio de perplexidade: Manaus, uma nova Hong-Kong?

A busca pela interpretação do fenômeno da Zona Franca, ainda hoje uma esfinge particular por desvendar, leva-o a mencionar os aspectos que

entende positivos, sem descurar do que lhe parece nocivo à região, ao seu povo em especial.

Dentre os pontos positivos, são indicados: 1. superação do aviamento e do regatão; 2. aumento “*espantoso*” do número de empresas em atividade na capital amazonense; 3. atração de numerosos profissionais, dentre os quais comerciantes, técnicos, liberais, gerando panorama diferente na capital do Estado; 4. dinamização dos transportes, sobretudo os aéreos, ligando mais frequentemente o Estado a outras regiões do país; 5. estímulo ao crescimento dos meios de comunicação locais; 6. atração de turistas para a cidade de Manaus; 7. registro de um surto imobiliário, para atender à demanda por residências e instalações empresariais; 8. aumento da receita tributária do Estado; 9. dinamização dos serviços bancários; 10. ampliação da oferta de energia elétrica; 11. criação do Distrito Industrial, onde seria instalada a maior parte das empresas do setor; 12. promoção de visitas de empresários e autoridades à Amazônia; 13. estímulo indireto à formação de profissionais de nível técnico; 14. criação de um distrito agropecuário, às proximidades de Manaus; 15. mudança do centro de gravidade da economia amazonense, com predominância da capital na concentração das unidades produtivas.

Esta última circunstância abre o elenco de pontos julgados negativos por Djalma, que coloca o esvaziamento do interior como o primeiro deles. Depois vêm: a importação de aventureiros de toda natureza, oriundos de portos francos extintos; intensificação do comércio ilegal na capital do Estado; o superfaturamento de compras entradas na área da zona franca; remessa extraordinária dos lucros aqui auferidos para fora da região. Esses os mais importantes, porque capazes de desmentir os supostos objetivos do Decreto-Lei n. 288, o de reestruturação da ZFM ou, para sermos mais precisos, da reformulação do antigo porto livre.

Homem votado à causa pública, o autor de *O Complexo da Amazônia* não se deixou ficar na análise acadêmica do fenômeno, se não que também ofereceu sugestões para *corrigir os desvios da zona franca*. Ei-los, como *indicações gerais*, segundo as palavras do autor:

1. controle dos preços vigorantes no comércio em geral, especialmente dos produtos estrangeiros, nos quais se verificam atualmente grandes desníveis e verdadeiras extorsões; 2. fiscalização dos lucros do comércio e da indústria, e legislação objetivando reter no Amazonas ao menos uma parte dos mesmos, em aplicações concretas; 3. estímulo ao aproveitamento de matérias-primas regionais no processo de industrialização (evitando que as fábricas se esvaziem quando cessarem os favores fiscais): madeiras,

incluindo compensados, celulose e papel, partindo de plantas já estudadas; minérios, como o estanho e o ferro, que já têm montadas usinas de beneficiamento; juta para fiação e tecelagem; guaraná, para produção de refrigerantes; oleaginosas nativas e cultivadas (entre estas, especialmente o dendê), para a alimentação, a siderurgia e a saboaria etc. 4. alargamento do sistema de ensino em todos os graus, que atenda à demanda criada pelo surto de desenvolvimento; 5. intensificação dos serviços de saúde, mormente quanto à infância e à adolescência; 6. estímulo à atividade agrícola e criatória (estas últimas com pecuária intensiva); 7. regulamentação e fiscalização do trânsito, para dar conta dos problemas decorrentes da importação crescente de veículos automotores; 8. construção de sistema de esgotos na cidade; 9. melhoramento do sistema telefônico da capital do Estado; 10. execução de plano integrado de urbanismo para o desenvolvimento.

Lidas com atenção, essas recomendações permitem identificar aquelas que surgiram em consequência da implantação da zona franca, aquelas que representam a recuperação de facilidade ou comodidade um dia experimentada, e outras, que parecem sequer ter passado pela mente de qualquer dos governantes, da capital e do próprio Estado.

Faça-se aqui, uma ressalva, quanto à retenção em território amazense, para aplicação em empreendimentos com sede no interior do Estado, de parte dos lucros aqui produzidos. No início da década de 1980, o então governador José Bernardino Lindoso pretendeu estender ao interior os benefícios somente reservados aos habitantes da capital. Propôs o reinvestimento de parte dos lucros das empresas incentivadas em cidades interioranas. Esse foi o pecado que pagou, deixando de eleger seu sucessor. Alerta-se para o fato de que o livro foi publicado antes da crise que afetou a produção de fibras na Amazônia, superada pelos países asiáticos. Empresas de beneficiamento de juta, em razão disso, fecharam suas portas.

Quanto ao sistema de esgotos, talvez Djalma tenha sido inspirado pela herança que os ingleses deixaram, de que parte ínfima da população se beneficiou. Durante curto período do século XX – diga-se, a bem da verdade.

Tratando-se de uma resenha, não convém contar tudo. Fazê-lo equivaleria a contar o desfecho do filme a quem ainda não o assistiu. Ler uma das mais importantes obras clássicas sobre a Amazônia, sua terra, sua gente, é o que se impõe agora aos que tiveram paciência suficiente para chegar a este ponto final.

